

Modelos alternativos de produção, distribuição e consumo alimentar em Portugal

CIDAC



Ficha Técnica

Título: Modelos alternativos de produção, distribuição e consumo alimentar em Portugal

Autoria: Ana Santos Silva

Edição:

CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
Rua Tomás Ribeiro 3-9
1069-069 Lisboa

Este dossier foi criado no âmbito do projeto “Do Campo para o Prato, o direito à Alimentação e à Soberania Alimentar em debate” promovido pelo CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e pela Fundação Calouste Gulbenkian e apoiado pelo jornal Público.

Para mais informações contacte-nos através do email: cidac@cidac.pt

Apoio:



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Use Não-Comercial-Partilha nos termos da mesma licença 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Esta licença

- permite copiar e distribuir esta obra gratuitamente
- obriga à referência aos autores
- proíbe o uso da obra para fins comerciais
- não permite a modificação da obra

Introdução

Este dossier informativo pretende sintetizar cada uma das quatro experiências de visita a iniciativas de produção, comercialização e consumo alternativos, visitadas no âmbito do projeto do CIDAC “Do campo para o prato: o Direito à Alimentação e a Soberania Alimentar em debate”.

O Direito Humano à Alimentação Adequada é, segundo o vice relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Alimentação, “o direito de ter um acesso regular, permanente e não restritivo, ou diretamente ou pela via de compra, a alimentos suficientes e adequados, correspondentes às tradições culturais do povo ao qual o consumidor pertence, e que lhe proporciona uma vida física e mental, individual e coletiva, digna, plena e isenta de medo”. [Special Rapporteur on the right to food 2015]

Soberania alimentar, conceito difundido pela organização mundial de camponeses Via Campesina, refere-se ao direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos segundo métodos seguros e sustentáveis, e ao direito dos povos de definir o seu próprio sistema agrícola e alimentar (Via Campesina 2007). Por outras palavras, a soberania alimentar é o direito dos povos a decidir o que e como cultivar, o que e como comercializar, o que destinar ao mercado interno e ao mercado externo, e o direito de ter controlo sobre os recursos naturais básicos (em particular, terra, água e sementes). (Soberania alimentar 2015)

O atual sistema de produção, distribuição e consumo alimentar, centrado à volta da agro-indústria, da grande distribuição alimentar e de um consumidor acrítico, não só não promove a soberania alimentar dos povos nem a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, como também provoca erosão cultural, acentua as desigualdades sociais e degrada o ambiente natural. Com o seu projeto “Do campo para o prato: o Direito à Alimentação e a Soberania Alimentar em debate”, o CIDAC tenta sensibilizar o grande público para esta problemática, dinamizar o debate entre atores sociais, associativos e académicos, aumentar o conhecimento por parte do grande público de alternativas ao modelo dominante, e fomentar a adesão a essas alternativas.

O primeiro conjunto de atividades do projeto incluiu a realização de duas conferências abertas ao público, uma com o Professor Boaventura de Sousa Santos, e outra com Olivier De Schutter, na altura relator especial da ONU para o Direito à Alimentação. Também incluiu um círculo de leitura, para conhecer e explorar a obra de Olivier De Schutter, e um seminário de um dia com o mesmo.

Os materiais resultantes das intervenções de Olivier de Schutter neste projeto do CIDAC podem ser consultados [aqui](#).

As visitas de campo que aqui se descrevem inserem-se no segundo conjunto de atividades, que teve como principal objetivo dar a conhecer e debater alternativas aos modelos dominantes de produção, distribuição e consumo alimentar. As visitas de campo dirigiram-se sobretudo a um público específico, interessado em aprofundar a temática da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada, e com capacidade e interesse em multiplicar experiências do género do das visitadas.

Visitou-se quatro iniciativas, duas de circuitos curtos de comercialização, o PROVE – Promover e Vender e o Projecto270; e duas de gestão comunitária integrada, participativa e holística, o Centro de Convergência da Aldeia das Amoreiras e a Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo. A síntese de cada iniciativa contém informação sobre a experiência da visita de campo realizada pelo CIDAC, a par de informação sobre a iniciativa visitada em si. Este dossier destina-se a todos aqueles que se interessem pelo tema da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Iniciativa PROVE – Promover e Vender



Data de visita de campo 18.10.2014

Motivo da visita de campo

O CIDAC escolheu o PROVE – Promover e Vender como uma das quatro visitas de campo, já que o projeto promove ativamente relações de proximidade entre produtores e consumidores (naquilo a que se chama circuitos curtos de comercialização¹), ligando produtores a consumidores, localmente, num sistema de venda direta. Para além disso, o PROVE é provavelmente o maior projeto desta natureza a nível nacional, e também o mais conhecido pelo público.

Breve descrição da iniciativa

O PROVE nasceu em Sesimbra em 2006 com o objetivo de rentabilizar a produção de agricultores de pequena escala, que não conseguiam escoar toda a sua produção. Citando o website da iniciativa, “o PROVE – Promover e Vender é uma metodologia que pretende contribuir para o escoamento de produtos locais, fomentando as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, estabelecendo circuitos curtos de comercialização entre pequenos produtores agrícolas e consumidores, com recurso às TIC.

¹ Saiba mais sobre Circuitos Curtos Agroalimentares no site da Rede Rural Nacional, disponível em: <http://www.rederural.pt/index.php/pt/2013-10-30-12-05-36/o-que-e-um-cca/conceito-de-circuito-curto-agroalimentar-cca>

Os cabazes PROVE são preparados para o consumidor urbano, especificamente famílias, que fazem uma refeição por dia em casa. São compostos exclusivamente por produtos da época, produzidos localmente. É imprescindível que todos os produtos que fazem parte do cabaz sejam produzidos com técnicas amigas do ambiente, respeitando as boas práticas agrícolas.” (O Projecto PROVE «Promover e Vender» 2015) Em Outubro de 2014 o PROVE contava com cerca de 5 000 consumidores e 35 toneladas de produtos comercializadas semanalmente (O PROVE no contexto da cooperação interterritorial 2014).

Segundo José Diogo, membro da Associação de Desenvolvimento Rural Regional da Península de Setúbal (ADREPES) e um dos responsáveis pelo PROVE, as principais vantagens do projeto são as seguintes:

- 1) Criação de emprego;
- 2) Pagamento imediato e justo dos produtos agrícolas;
- 3) Aumento do rendimento médio do agricultor;
- 4) Reconhecimento do trabalho agrícola por parte dos consumidores;
- 5) Desenvolvimento da atividade agrícola e da economia local;
- 6) Sustentabilidade ambiental e social;
- 7) Que os consumidores possam adquirir produtos locais de qualidade, frescos e autênticos, contactando diretamente com os produtores.

(O PROVE no contexto da cooperação interterritorial 2014).

Contactos:

Contacto telefónico: 212 337 930

email: prove@prove.com.pt

Website: <http://www.prove.com.pt>

Que temáticas o PROVE aborda? Circuitos curtos de comercialização; vendas diretas; desenvolvimento local e rural; comércio justo; agricultura sustentável; agricultura familiar e de pequena escala.

Resumo da visita de campo

A visita a uma exploração agrícola associada ao PROVE foi a primeira das visitas do projeto. Visitou-se a Fazenda Concórdio, uma exploração familiar de longa data, na Península de Setúbal (em Alhos Vedros, concelho da Moita), que se associou ao PROVE em 2008, para aumentar o escoamento dos seus produtos. É de notar que existe uma grande diversidade de núcleos (e das explorações agrícolas que os compõem) associados ao PROVE, tanto a nível do tamanho, como do tipo de agricultura praticada, da dimensão económica e das metodologias usadas, e que a Fazenda Concórdio é uma das muitas explorações associadas ao PROVE, não representando as restantes.

A visita começou na companhia de Ana Marques, agrónoma e uma das responsáveis pela exploração, onde trabalham diariamente 6 membros da família e 2 colaboradores a tempo inteiro. Ana apresentou a exploração aos participantes, que tem 10 hectares e uma estufa, com uma grande diversidade de cultivo, hortícolas variados, frutas e ervas aromáticas. A exploração conta com três locais de distribuição e abastece semanalmente mais de 300 consumidores, através da venda direta de um cabaz com um preço fixo de 10 euros. A plataforma online do PROVE não permite que os consumidores personalizem o cabaz, mas os consumidores podem selecionar até um máximo de 5 produtos que não querem receber, ficando o produtor responsável por substituí-los por outros equivalentes. A produção agrícola na Fazenda Concórdio respeita a sazonalidade dos produtos e é sustentável do tipo integrada². Entretanto, a conversa prosseguiu com José Diogo, a quem os participantes puderam colocar questões sobre o projeto.

Quais são alguns dos principais problemas a que o PROVE tenta responder?

- Pequenos produtores agrícolas fazem produções agrícolas desajustadas; têm reduzida iniciativa económica/empreendedorismo, e têm poucos conhecimentos de gestão, marketing e comercialização, o que resulta numa dificuldade em comercializar a produção;
 - As populações locais não valorizam a atividade agrícola;
 - A participação das mulheres na produção é fraca;
 - Os consumidores desconhecem as vantagens de adquirir produtos locais através de processos de comercialização de proximidade;
- (O PROVE no contexto da cooperação interterritorial 2014)

² Saiba mais na página da Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) sobre produção agrícola integrada, disponível em: <http://www.dgadr.mamot.pt/sustentavel/producao-integrada>

- A agricultura industrial de monoculturas leva a uma hegemonia da oferta e do consumo*.

Com que principais desafios se depara o PROVE?*

- Dar resposta a exigências fiscais e legais, garantindo que todos os produtores emitem faturas;
- Implementar um mecanismo de certificação participativa³, que envolva produtores, consumidores e entidades utilizadoras/facilitadoras da metodologia PROVE;
- A conciliação de diferentes modos de produção, visto que nem todas as explorações têm um modo de produção ecológico;
- A grande dimensão do projeto, coloca desafios ao nível da gestão da rede PROVE.

De que é que os participantes mais gostaram na visita?*

- A organização do projeto;
- O trabalho em equipa dos agricultores, que se reúnem para planear os cultivos.

O PROVE no futuro

- Continuar a disseminação do PROVE (alargamento da parceria);
- Investir no acompanhamento técnico ao nível da produção;
- Apostar na comunicação;
- Possibilitar o intercâmbio de produtores e técnicos (Encontro Nacional PROVE);
- Cooperar com outras iniciativas de comercialização de proximidade (nacionais e internacionais);
- Diversificar o tipo de produtos (ir além dos hortofrutícolas);
- Criar um mecanismo de certificação participativa.

(O PROVE no contexto da cooperação interterritorial 2014)

3 Os Sistemas de Garantia Participativos são sistemas de garantia de qualidade no qual consumidores e os próprios produtores desempenham um papel central na certificação dos produtores, com base na confiança. Surgiram para incluir no mercado pequenos produtores de produtos biológicos, que não têm capacidade para adquirir as certificação atribuídas pelo sistema de certificação convencional. Saiba mais na página da Centro Ecológico Ipê disponível em <http://www.centroecologico.org.br/>

* As informações assinaladas foram recolhidas entre os participantes na visita de campo, num encontro que decorreu após a realização das quatro visitas, e que teve lugar nas instalações da ATLA – Associação de Tempos Livres de Alfama, no dia 29.11.2014.

Iniciativa Projecto270



Data da visita de campo 18.10.2014

Motivo da visita de campo

O CIDAC escolheu o Projecto 270 como uma das quatro visitas de campo, já que

- 1) O Projecto270 fomenta ativamente uma relação de proximidade entre produtores e consumidores (em circuitos curtos de comercialização), efetuando venda direta dos seus produtos;
- 2) No Projecto270 se pratica Agricultura Suportada pela Comunidade (em inglês, *Community Supported Agriculture*, de sigla CSA), que exploramos alguns parágrafos adiante;
- 3) O Projecto270 funciona segundo os princípios da Soberania Alimentar e da Agroecologia como forma de trabalhar a terra, acreditando que todos temos um papel a desempenhar no circuito alimentar.

Breve descrição da iniciativa

O Projecto 270 começou por ser um projeto de reabilitação de uma parcela de terreno (numerada 270, daí o nome) situada na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. Apesar de no início, em 2001, ter sido projetado para ser uma iniciativa de três anos que unisse a agricultura e a cultura, o Projecto270 é hoje uma cooperativa cultural que age pela defesa da terra, encontrando-se situado numa parcela da Quinta do Bell, espaço agrícola de 4 hectares, a 4 km do centro do Pinhal Novo, concelho de Palmela. Na agricultura que praticam empregam os princípios da permacultura⁴, da agricultura biodinâmica e da Soberania Alimentar, produzindo hortofrutícolas sazonais, sem recurso a agroquímicos, em regime de policultura, e a partir de sementes livres⁵. Uma parte do terreno destina-se ao cultivo em modo de Agricultura Suportada pela Comunidade.

Contactos:

Morada: Espaço Agrícola Quinta do Bell 2955 Pinhal Novo

Contacto telefónico: 91 408 23 18 ou 91 891 47 61 (rede 96)

email: projecto270@gmail.com

Website: <http://projecto270.com/>

Facebook: [projecto270](https://www.facebook.com/projecto270)

Que temáticas o Projecto270 aborda? circuitos curtos de comercialização; Soberania Alimentar; Agricultura Suportada pela Comunidade; Comércio Justo; Direito à Alimentação Adequada; agricultura sem agroquímicos; sementes livres; agro-ecologia; entre outras.

O que é Agricultura Suportada pela Comunidade?

Agricultura Suportada pela Comunidade é um modo de fazer agricultura em que as responsabilidades, riscos e recompensas inerentes à atividade agrícola são partilhados entre um grupo de consumidores e um ou mais produtores. Não existe apenas uma maneira de praticar Agricultura Suportada pela Comunidade mas um modelo pode ser o seguinte: de um lado, um grupo de consumidores com o seu desejo de produtos locais, frescos e de qualidade, do outro um produtor, com a sua terra, o seu conhecimento e a

⁴ Leia mais sobre permacultura num documento de autoria do criador do conceito, disponível em: https://centrodeconvergencia.files.wordpress.com/2009/02/fundamentos_pc_brasil_ebook.pdf

⁵ Sementes livres são sementes não patenteadas, não híbridas e livres de transgenes.

sua disponibilidade. Com vontade, trabalho, responsabilidade e compromisso, o grupo de consumidores poderá financiar de antemão o agricultor, que se comprometerá a fornecê-los semanalmente, sem intermediários. Nas quotas pagas pelo grupo de consumidores estarão incluídos os custos de produção e o salário justo para o agricultor, divididos por todos os membros participantes. Há vários modelos de Agricultura Suportada pela Comunidade; o denominador comum é a partilha de responsabilidades, riscos e recompensas⁶. (A share in the Harvest 2015)

O Projecto270 começou a produzir hortofrutícolas biológicas em regime de Agricultura Suportada pela Comunidade em Outubro de 2012, com um grupo de 12 núcleos familiares de Lisboa. O grupo de famílias participa em todo o processo de produção, desde a escolha das sementeiras até à colheita. O financiamento do agricultor é feito no início de cada sementeira. Os motivos que levaram este grupo de famílias a fazer este investimento são vários: consumir produtos agrícolas de qualidade organoléptica e nutricional; eliminar intermediários e custos associados; apoiar um projeto local de agricultura; conhecer pessoalmente os produtores, fomentando relações humanas e não de exploração para com o produtor; ser soberano quanto ao que cultivar, de acordo com a estação, as características do solo e do clima da zona, e a partir de sementes livres; entre outros. (CSA: o “pensar local, agir local” em prática 2012)

Resumo da visita de campo

A visita começou com uma breve introdução sobre o Projecto270, pelo fundador Nuno Belchior. Seguiu-se um piquenique partilhado, e depois uma longa conversa sobre os princípios do Projecto270 e as temáticas que aborda.

Ao longo da sua conversa com os participantes, o Nuno abordou muitos conceitos inter-relacionados, como o de circuitos curtos de comercialização, Soberania Alimentar (não tanto de países mas de povos e pessoas, sublinhou), Agricultura Suportada pela Comunidade, agricultura familiar em Portugal (e a dificuldade que tem em sobreviver face à pressão do estado para que se formalize), dívida intergeracional, ciclo do fósforo e de água doce (e não apenas o do petróleo!), boicotes a produtos, empresas e processos, preservação da biodiversidade, preservação do direito de escolha do alimento, agricultura livre de agroquímicos, preservação da água e do ar enquanto bens-comuns, créditos de carbono, agro-ecologia, entre muitos outros.

⁶ Para saber mais sobre Agricultura Suportada pela Comunidade visite a página da Rede de Agricultura Suportada pela Comunidade do Reino Unido, disponível em:
<http://www.communitysupportedagriculture.org.uk/>

Entretanto, a Rute, também membro do Projeto270, falou-nos com mais detalhe de Agricultura Suportada pela Comunidade, que diz ser uma tentativa de trazer de volta as culturas locais à agricultura, trabalhosa do ponto de vista organizacional, numa relação de suporte mútuo (aliviando o agricultor), e que requer um grande compromisso das partes envolvidas. Quanto às vantagens desta dinâmica, a Rute destacou o fornecimento semanal de horto-frutícolas aos consumidores (cujo valor vai amortizando o investimento inicial); a criação de um laço entre todos os envolvidos, que têm necessidade de se encontrar regularmente para planear e tomar decisões; e a partilha do risco e do eventual prejuízo (em caso, por exemplo, de más colheitas devido a condições climáticas desfavoráveis). Quanto às desvantagens, a Rute destacou a organização morosa e trabalhosa; o compromisso necessário, que nem sempre as pessoas estão dispostas a fazer; e o grande investimento inicial, cujo retorno leva algum tempo.

Quais são alguns dos principais problemas a que a iniciativa tenta responder?*

- Abandono do espaço rural e desertificação do interior;
- Fosso entre o meio rural e o meio urbano;
- Ausência de sentido de comunidade e de sentimento de pertença a uma comunidade;
- Insustentabilidade (ambiental, económica, social) do atual sistema industrial de produção, distribuição e consumo alimentares;
- Excessiva intermediarização entre produtores e consumidores;
- Passividade do consumidor, que se limita a fechar um grande círculo de produção apenas com dinheiro;
- Entre muitos outros.

Com que principais desafios se depara o Projecto270?*

- Ausência de uma rede estável de consumidores;
- Escassez de recursos financeiros;
- Escassez de meios de diagnóstico;
- Escassez de ferramentas de comunicação;
- Aceitação, respeito e reconhecimento do projeto por parte da sociedade civil;
- Sustentabilidade dos projetos;
- Competição de preços com os preços da grande distribuição;

- Cultura do consumismo e individualismo;
- Princípios da educação formal do sistema educativo;
- Erosão da democracia.

De que é que os participantes mais gostaram na visita?*

- A disponibilidade e partilha dos envolvidos, de tempo e de conhecimento;
- A entrega apaixonada e boa energia dos envolvidos;
- A proximidade entre o produtor e o consumidor;
- O desejo de fomentar o sentido de comunidade;
- O conceito de Agricultura Suportada pela Comunidade;
- Os princípios éticos do projeto.

O Projeto270 no futuro

O Nuno partilhou com os participantes da visita alguns dos sonhos e projetos futuros do Projecto270, como a realização de um mercado biológico no Pinhal Novo, a organização de encontros sobre soberania alimentar em Lisboa e nos concelhos limítrofes do Pinhal Novo, a criação de uma biblioteca móvel de agro-ecologia, a expansão da área cultivada em regime de Agricultura Suportada pela Comunidade, e o projeto de apadrinhamento de árvores, que prevê que os padrinhos de uma árvore escolhida a gosto recebam os 'frutos' dessa árvore. Partilhou ainda que um outro dos sonhos do Projecto270 é o de trazer crianças até ao espaço deles, e o desejo de que as pessoas venham e acampem na quinta, de modo a terem uma vivência do espaço.

* As informações assinaladas foram recolhidas entre os participantes na visita de campo, num encontro que decorreu após a realização das quatro visitas, e que teve lugar nas instalações da ATLA – Associação de Tempos Livres de Alfama, no dia 29.11.2014.

Outros recursos que lhe poderão interessar:

Declaração de Nyéléni: documento produzido em 2007, no Fórum Mundial Nyéléni pela soberania alimentar, organizado, entre outros, pela Via Campesina, o maior movimento internacional de camponeses, disponível em <http://www.nyeleni.org/spip.php?article327>

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra: um movimento social no Brasil formado por trabalhadores rurais e por todos aqueles que querem lutar por uma reforma agrária e contra a injustiça e a desigualdade social nas zonas rurais. Visite a página disponível em: <http://www.mst.org.br/>

The real dirt on farmer John: filme documental sobre a história do agricultor Norte-americano John que, após a morte do seu pai, fica a tomar conta da quinta agrícola da família, transformando-a num experimento de arte e agricultura. A quinta é hoje uma das maiores quinta de agricultura suportada pela comunidade nos EUA. Veja gratuitamente online: http://www.disclose.tv/action/viewvideo/170792/the_real_dirt_on_farmer_john_nice_documentary/

Outras iniciativas semelhantes em Portugal que poderão ser do seu interesse:

A Bela Rama – grupo de consumo de produtos agro-ecológicos: é um grupo de eco-consumidores a residir em Lisboa, que partilha a responsabilidade de uma alimentação agro-ecológica com um grupo de produtores. Página disponível em: <https://abelarama.wordpress.com/>

AMAP (Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade): formada em 2012, é um grupo informal de consumidores que ativa e diretamente apoia agricultores e produtores assegurando o escoamento de uma época. Página disponível em: <http://www.amap.pt/>

Projeto Cabaz do Mar: é um projeto da TAIPA – Organização cooperativa para o desenvolvimento integrado de Odemira, que procura contribuir para o escoamento de pescado fresco de baixo valor, enquanto cria relações de proximidade entre pescadores e consumidores. Mais informação disponível em <http://www.fem.pt/lac2013/Apresentacoes/PowerPoint/Auditorio2-Apresentacoes/TelmaGuerreiro.pdf>

Iniciativa Centro de Convergência da Aldeias das Amoreiras



Data da visita de campo 1.11.2014

Motivo da visita de campo

O CIDAC escolheu o Centro de Convergência da Aldeia das Amoreiras como uma das quatro visitas de campo por várias razões. Sendo uma iniciativa que assenta nos princípios da Soberania Alimentar, o Centro de Convergência fomenta ativamente uma ligação próxima entre produtor e consumidor; valoriza ativamente a produção e os produtos locais; e experimenta uma gestão comunitária integrada, participativa e holística, do território e das suas dinâmicas, com particular enfoque nas de produção, comercialização e consumo.

Breve descrição da iniciativa

O Centro de Convergência da Aldeia das Amoreiras surgiu no contexto da campanha contra a desertificação do meio rural do GAIA: Grupo de Acção e Intervenção Ambiental⁷, organização não-governamental de ambiente, e do seu núcleo do Alentejo. Resumidamente, é um projeto-piloto de dinamização e desenvolvimento rural, que agrega diferentes disciplinas como as ciências sociais e de ambiente, a cultura e a arte.

⁷ Saiba mais sobre o trabalho do GAIA, no seio do qual nasceu o Centro de Convergência da Aldeia das Amoreiras, na página do grupo disponível em <http://gaia.org.pt/>

Os objetivos do projeto centram-se na proposta de alternativas sustentáveis e criativas para o desenvolvimento rural, eficazes no combate à desertificação física e ao despovoamento, apoiando e valorizando a comunidade local, fomentando a deslocação de pessoas da urbe para o campo e facilitando a comunicação entre os dois meios. O plano de ação do Centro de Convergência compreendia, na altura da visita de campo, a implementação dos módulos de trabalho de Arte e Ofícios, Turismo Ético, Permacultura, Centro de Internet e biblioteca e Dinamização na Aldeia das Amoreiras.

Contactos:

Morada: Escola Primária da Aldeia das Amoreiras, Rua da Escola, 7630-513 Aldeia das Amoreiras – Odemira

Contacto telefónico: (+351) 283 925 032

Website: <https://centrodeconvergencia.wordpress.com/>

Que temáticas o Centro de Convergência aborda? Desenvolvimento rural integrado; circuitos curtos de comercialização; Soberania Alimentar; desertificação do interior rural; democracia participativa e direta; Comércio Justo; permacultura; agro-ecologia; agricultura sem agro-químicos e biodinâmica, entre outras.

Resumo da visita de campo

A visita começou no centro da Aldeia das Amoreiras. Os guias, membros do Centro de Convergência, falaram um pouco sobre o seu trabalho, mencionando alguns dos projetos que o Centro de Convergência tem vindo a desenvolver na aldeia, com destaque para o projeto Aldeia de Sonho, no qual se perguntou aos moradores da aldeia sobre os seus sonhos para a mesma, numa perspetiva de gestão comunitária integrada, participativa e holística, do território e das suas dinâmicas, idealizada pelo Centro de Convergência para a Aldeia das Amoreiras. O projeto da Aldeia do Sonho resultou na concretização de alguns dos sonhos dos moradores, como o grupo da saúde com consultas mensais de enfermagem, a construção do parque infantil, o dia da caiação para caiar as casas da aldeia, entre outros.

O Centro de Convergência tem, no entanto, sentido alguma dificuldade em envolver o resto da população da Aldeia das Amoreiras, desabafaram os guias. Explicaram que dois dos motivos poderão ser o facto de nenhum destes novos residentes do Centro de Convergência ter qualquer ligação anterior à aldeia, e também a grande rotação que os residentes do Centro de Convergência acabam por ter na aldeia.

Os residentes do Centro de Convergência na Aldeia das Amoreiras ilustram a crescente reocupação do meio rural abandonado, que ocorre um pouco por todo o território Português, pelos chamados de neo-rurais: “pessoas de diferentes idades e perfis que decidem regressar, ou simplesmente mudar-se pela primeira vez para zonas rurais” (Gurría 2007). Efetivamente, no estudo “Os Novos Rurais da Beira Interior: (Potenciais) Agentes de Desenvolvimento Local”, de Maria de Nazaré de Oliveira Roca, os novos rurais não beirões (naturais de outras regiões do país, a viver na Beira Interior) apontaram a pouca receptividade por parte da população local como um dos principais problemas que tiveram em se adaptar ao meio rural. Já os novos rurais beirões (naturais da Beira Interior e para lá retornados) não mencionaram essa dificuldade. O estudo caracterizou estes novos rurais a praticar agricultura biológica na Beira Interior, e comparou-os com outros praticantes de agricultura biológica na zona, concluindo que os novos rurais são mais jovens, mais instruídos e qualificados, praticam agricultura biológica por razões ambientais e não só pelos subsídios, e com maior frequência, exercem atividades alternativas à agricultura biológica, como o turismo rural e o artesanato. (Roca 2011) Estas diferenças entre os residentes do interior rural, mencionadas também aquando da visita, podem estar na origem da relutância da população local da Aldeia das Amoreiras em se envolver ativamente no projeto idealizado pelo Centro de Convergência.

A visita seguiu das ruas caiadas da aldeia em direção à Cerca da Amoreira, o projeto agrícola de apenas 8 meses, de dois dos residentes, onde se produzem hortofrutícolas biológicas, principalmente manjerição, couve-chinesa, acelgas, couve frisada, tomate e abóbora, que são entregues semanalmente a uma comunidade ali perto onde se realizam retiros espirituais – e com a qual mantêm apenas um contrato verbal. Um dos responsáveis pela Cerca da Amoreira afirmou que teriam escoamento para muito mais produção, mas que precisariam de mais mão-de-obra.

Enquanto se provaram acelgas e se ofereceram sementes de variedade locais, conversou-se sobre o absurdo que é os produtores de horto-frutícolas em regime de agricultura biológica terem de pagar para obter certificação, quando quem teria de pagar é o produtor em modo industrial, pelo impacto que causa em todo o ecossistema. Discutiu-se também o elevado preço dos hortofrutícolas biológicos certificados. Na opinião da guia e agricultora, o preço de mercado é demasiado alto. Esta vende os seus produtos de agricultura biológica e biodinâmica ao preço dos produtos convencionais de supermercado - já que não tem mais trabalho por produzir em modo biológico – e acredita ser paga o preço justo.

Mencionou-se ainda a falácia que é denominar de convencional a agricultura industrial, e de alternativa a biológica, quando foi a agricultura biológica que o Homem praticou desde sempre.

A visita prosseguiu para um projeto de agricultura biológica certificada em que se conversa sobre solos, o seu pH, o seu nível de matéria orgânica e a sua regeneração. A guia, responsável pelo espaço agrícola, surpreendeu a audiência ao afirmar que em menos de dois anos, conseguiram aumentar a matéria orgânica no solo em cerca de 80-90%! Em muito devido à adubação verde inicial, que consiste em lavrar o solo com sementes de fava e tremocilha.

Entretanto, voltou-se ao casario e teve lugar uma apresentação sobre a ReCo – Rede Cooperar⁸, por Ana Carla Gouveia, uma produtora de Ferreira do Alentejo e membro da rede. A ReCo é uma rede informal de trocas entre produtores e consumidores, não só mas também de alimentos. A ReCo fomenta, entre outras coisas, o conceito de produtor-consumidor, ou seja, de que todos os indivíduos consomem e simultaneamente também são capazes de produzir algo necessário aos outros. A dinâmica pretendida para a ReCo caracteriza-se “por ter clareza, por ser de baixo impacto ambiental, por partilhar os excedentes, por partilhar a mobilidade, por partilhar informação, por participar em reuniões eficientes e claras, por ter beleza, arte e poesia, por ser belo no modo de reunir e decidir, por reconhecer os ritmos orgânicos e daí ser flexível às necessidades do momento.” (Nunes 2015) A apresentação da ReCo foi acompanhada por uma mostra de produtos da rede.

Quais são alguns dos principais problemas a que a iniciativa tenta responder?*

- Desertificação e despovoamento do meio rural;
- Isolamento, de idosos em particular;
- Desemprego no meio rural;
- Desvalorização das atividades produtivas tradicionais, e o seu impacto social;
- Passividade, falta de participação e inércia das populações.

Com que principais desafios a Aldeia das Amoreiras se depara?*

- Financiamento;
- Grande rotação dos membros residentes;
- Dificuldade em sensibilizar a população local para os princípios da transição;

⁸ Saiba mais sobre a ReCo na página da iniciativa disponível em: <http://redecooperar.blogspot.pt/>

- Dificuldade em definir uma visão comum do próprio Centro de Convergência;
- Incapacidade de definir com a população uma visão comum para a aldeia;
- Isolamento;
- Obstáculos burocráticos e políticos;
- Envelhecimento da população local;
- Dificuldade em envolver a população local.

De que é que os participantes mais gostaram na visita?*

- A perseverança do Centro de Convergência em levar o projeto avante, apesar das dificuldades;
- A empatia, o entusiasmo e a esperança partilhados pelo Centro de Convergência;
- A organização interna do Centro de Convergência, de carácter aberto e dinâmico, transdisciplinar, não institucional, não partidário e sem hierarquia;
- A diversidade de iniciativas.

O Centro de Convergência da Aldeia das Amoreiras no futuro

Aquando da visita de campo organizada pelo CIDAC, havia cerca de seis pessoas do Centro de Convergência a residir permanentemente na Aldeia das Amoreiras. Segundo os membros presentes na visita, o Centro de Convergência encontrava-se então numa fase de transição, a tentar perceber por onde continuar no futuro. De qualquer maneira, e segundo as palavras de um dos membros, o Centro de Convergência pretende desenvolver na Aldeia das Amoreiras “um centro de energia e vida local”.

* As informações assinaladas foram recolhidas entre os participantes na visita de campo, no encontro final da primeira fase do projeto, que decorreu nas instalações da ATLA – Associação de Tempos Livres de Alfama, no dia 29.11.2014.

Iniciativa Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo



Data da visita de campo 15.11.2014

Motivo da visita de campo

O CIDAC escolheu a Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo como uma das quatro visitas de campo por várias razões. A Rede de Cidadania fomenta ativamente uma ligação próxima entre produtor e consumidor ou circuitos comerciais curtos; valoriza ativamente a produção e os produtos locais; e experimenta uma gestão comunitária integrada, participativa e holística, do território e das suas dinâmicas, com particular enfoque nas de produção, comercialização e consumo.

Breve descrição da iniciativa

A Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo foi criada em 2010, entre um grupo de amigos inspirados pelos princípios do movimento internacional de cidades em transição⁹. Apresenta-se como “uma rede de cidadãos, aberta, diversa, democrática e apartidária,

⁹ Saiba mais sobre este movimento no website da Rede de Transição Internacional disponível em <https://www.transitionnetwork.org/> e no website da Rede de Transição em Portugal disponível em <http://transicaoportugal.net/>

que pretende exercer a sua cidadania participativa para a construção de um futuro mais solidário, sustentável e próspero em Montemor-o-Novo”. Tem como principais objetivos iniciar um novo ciclo de cidadania em Montemor-o-Novo, apelando à participação ativa dos cidadãos e, acima de tudo, promover ações de âmbito local. Os princípios e valores da Declaração Universal dos Direitos do Homem¹⁰ e da Carta da Terra¹¹ constituem as bases de atuação da Rede.

Contactos:

email: cidadania.montemor@gmail.com

Website: <http://redemontemor.blogspot.pt/>

Que temáticas a Rede de Cidadania aborda? Desenvolvimento local sustentável; Cidadania ativa e participação democrática dos cidadãos; produção e consumo locais; circuitos curtos de comercialização; novos paradigmas culturais, sociais, económicos e ambientais.

Resumo da visita de campo

O encontro com alguns dos membros da Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo teve início no mercado de Montemor-o-Novo, onde a rede tem o seu espaço, cedido pela Câmara Municipal de Montemor. Apresentaram-se como uma rede de cidadãos que quer debater questões relacionadas com energia, agricultura, água, educação, inclusão, mercado alimentar, autonomia alimentar, proximidade entre consumidor e produtor, entre outros. Continuaram, explicando que preferiram não se formalizar através da constituição de uma associação, sendo 'apenas' um grupo informal de cidadãos, organizado num grupo coordenador que muda de 6 em 6 meses, e em vários grupos de trabalho, como por exemplo, o da soberania alimentar. Preferiram deixar que seja a paixão, e não uma obrigação formal, a levar os cidadãos a participar.

Depois falou-se dos principais projetos da Rede, com destaque para o Quilómetro Zero Montemorense, a moeda social mor e o Banco de Terras. O projeto do Banco de Terras surgiu em 2011, a par da Agenda 21¹² local de Montemor-o-Novo, com a conquista

¹⁰ Consulte a Declaração Universal dos Direitos Humanos disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf

¹¹ Leia a Carta da Terra disponível em: http://www.earthcharterinaction.org/invent/images/uploads/echarter_portuguese.pdf

¹² Saiba mais sobre a Agenda 21 Local num documento da Agência Portuguesa do Ambiente disponível em http://www.apambiente.pt/_zdata/Instrumentos/GestaoAmbiental/A21L/Guia%20Agenda

do prémio “Boas ideias para a Sustentabilidade” no valor de 5 000€, no concurso de ideias “Apelos 21 Cidadãos”. Com o prémio organizaram, entre outras coisas, formações e manuais gratuitos em agricultura biológica.

O Banco de Terras inclui dois espaços para hortas comunitárias dentro da cidade, no Hospital de S. João de Deus e no Convento de S. Domingos. Paralelamente, sensibiliza pessoas que tenham em suas casas terrenos não cultivados, de modo a que considerem cedê-los ao Banco de Terras, para cultivo por outrem, em contrato de arrendamento ou comodato (cedência gratuita). O projeto do Banco de Terras visa dar resposta a problemas como o desemprego, o aumento e a volatilidade dos preços dos alimentos, e o abandono das explorações rurais. O principal objetivo do projeto é promover a produção local de alimentos, e apoiar o pequeno agricultor e a agricultura familiar de pequena escala.

O Banco de Terras levou ao surgimento de um outro Projeto, o Quilómetro Zero montemorense (km0). Os principais objetivos do projeto são valorizar os produtos agrícolas de produção local, e o mundo rural no geral; defender a economia local e os pequenos agricultores; preservar a biodiversidade e dos sabores tradicionais ligados às variedades e técnicas de produção locais; aumentar a soberania alimentar do concelho; aumentar o escoamento para a produção agrícola do concelho, que a dinamização do Banco de Terras veio aumentar; promover o comércio de proximidade; diminuir a pegada ecológica alimentar dos montemorenses; e ainda sensibilizar os cidadãos para a questão do impacto ambiental causado pelos muitos quilómetros em média percorridos pelos alimentos até ao nosso prato. O conceito km0 não é uma inovação da Rede de Cidadania, mas é pioneiro em Portugal. O km0 montemorense, inaugurado em Abril de 2015, conta já com vários projetos, com destaque para o Menu km0 – destinado a setor da restauração, a Cantina km0 – destinado às cantinas escolares em regime camarário, e a Banca km0 – destinado às superfícies comerciais.

Através do Banco de Terras e do km0, e de uma progressivamente maior articulação entre projetos e entre produtores e consumidores, a Rede acredita na futura auto-suficiência alimentar do concelho, para muitos bens alimentares.

Outro dos projetos da Rede que esteve em destaque na visita de campo foi a moeda social Mor. A Rede de Cidadania lançou em Junho de 2013 o Mor, Moeda Social de Montemor-o-Novo, para ser usado na Feira Franca de Montemor-o-Novo, um mercado solidário organizado pela Rede. Os objetivos do Mor são aumentar a venda de produtos

locais, promover o comércio justo e possibilitar que a riqueza gerada permaneça na comunidade, fortalecendo a economia local. No final de cada Feira Franca, procede-se à troca do Mor por euros, mas a Rede espera que no futuro tal deixe de ser necessário.

Finda a conversa no mercado, o grupo seguiu para visitar dois dos terrenos cedidos ao Banco de Terras, no Hospital de S. João de Deus e no Convento de S. Domingos, onde todos os talhões estão a ser cultivados.

Quais são alguns dos principais problemas a que a iniciativa tenta responder?*

- Abandono da agricultura familiar e de pequena escala;
- Desemprego;
- Aumento dos preços da alimentação;
- Abandono das explorações agrícolas rurais;
- Insustentabilidade do atual paradigma cultural, social, económico e ambiental, e do estilo de vida no geral;
- Desvalorização do mundo rural;
- Perda de soberania alimentar das pessoas;
- Grande pegada ecológica alimentar.

Com que principais desafios se depara a Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo?*

- Divergências ideológicas dentro da Rede;
- Resolução de conflitos entre os utilizadores do Banco de Terras;
- Dificuldade em criar mercado constante para o Mor;
- Obstáculos legislativos.

De que é que os participantes mais gostaram na visita?*

- A organização informal, voluntária, horizontal, da Rede;
- A ausência da necessidade de um compromisso por parte dos membros da Rede;
- O princípio de “quem quer fazer faz”;
- A multidimensionalidade das atividades desenvolvidas;
- A independência financeira da Rede;
- A capacidade de fazer tanto com tão pouco dinheiro;
- Pessoas que vivem em Montemor, intervêm em Montemor para Montemor.

A Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo no futuro

No futuro, a Rede de Cidadania espera que o setor da restauração adira de tal maneira ao Quilómetro Zero montemorense que seja possível traçar uma Rota Gastronómica km0.

* As informações assinaladas foram recolhidas entre os participantes na visita de campo, num encontro que decorreu após a realização das quatro visitas, e que teve lugar nas instalações da ATLA – Associação de Tempos Livres de Alfama, no dia 29.11.2014.

Outros recursos que lhe poderão interessar:

O blogue do Quilómetro Zero montemorense: <http://km0montemorense.blogspot.pt/>

Flyer do km Zero montemorense <https://drive.google.com/file/d/0B7lxJqZiKn-KcU1KRGp5aGZwWWs/view?pli=1>

Website do Banco de Terras de Montemor-o-Novo:
<https://sites.google.com/site/bancomdeterrasmn/>

Bibliografia

CSA: o “pensar local, agir local” em prática. Projecto270, 2012 (consultado a 16.6.2015). Disponível em: <http://projecto270-csa.blogspot.pt/2012/06/o-pensar-global-agir-local-em-pratica.html>

Declaration of Nyéléni. Via Campesina, 2007 (27.2.2007). Disponível em: <http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/food-sovereignty-and-trade-mainmenu-38/262-declaration-of-nyeli>

Gurria A. Innovation in rural areas: an exception or a must? OECD, 2007 (consultado a 19.6.2015). Disponível em: <http://www.oecd.org/spain/innovationinruralareasanexceptionoramust.htm>

Nunes F. Rede Cooperar – uma iniciativa de produtores e consumidores. Mapa Jornal de Informação Crítica, 2015 (publicado a 21.1.2015). Disponível em: <http://www.jornalmapa.pt/2015/01/21/rede-cooperar-uma-iniciativa-de-produtores-e-consumidores/>

O Projecto PROVE «Promover e Vender». PROVE, 2015 (consultado a 12.6.2015). Disponível em: <http://www.prove.com.pt/www/o-projecto-prove-promover-e-vender.T143.php>

O PROVE no contexto da cooperação interterritorial. PROVE, 2014 (consultado a 11.10.2015). Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0BwQAAZLryHvJUkhyZ3lJajBaMjg&usp=sharing>

Roca MNO. Os Novos Rurais da Beira Interior: (Potenciais) Agentes de Desenvolvimento Local. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, 2011 (consultado a 23.6.2015). Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/unccd-PT/event/resource/docs/ficheiros/sii/1-2-Os-Novos-Rurais-da-Beira-Interior.pdf>

A share in the Harvest - An action manual for community supported agriculture 2nd edition. Soil Association, 2015 (consultado a 12.6.2015). Disponível em: <http://www.soilassociation.org/LinkClick.aspx?fileticket=gi5uOJ9swil%3d&tabid=204>

Soberania alimentar. Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), 2015 (consultado a 4.6.2015). Disponível em: <http://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/comercio-e-desenvolvimento/soberania-alimentar/>

Special Rapporteur on the right to food. Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR) 2015 (consultado a 5.6.2015). Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Food/Pages/FoodIndex.aspx>